

# O movimento pendular da grande burguesia industrial brasileira

Gabriel Oliveira de Carvalho Senra<sup>1</sup>

259

## Resumo

A grande burguesia industrial brasileira perfez, entre 1996 e 2016, um movimento pendular de aproximação e posterior afastamento com organizações da classe trabalhadora e suas perspectivas políticas. No longo prazo, entretanto, a tendência é que se estreite a possibilidade de novos ciclos “desenvolvimentistas” e que se aprofunde o neoliberalismo no Brasil.

**Palavras-chaves:** Burguesia industrial brasileira; desenvolvimentismo; neoliberalismo.

## Resumen

Entre 1996 y 2016, la burguesía industrial brasileña llevó a cabo un movimiento pendular de acercamiento y posterior separación de las organizaciones de la clase trabajadora y sus perspectivas políticas. A largo plazo, sin embargo, la tendencia es que la posibilidad de nuevos ciclos “desarrollistas” se reduzca y que el neoliberalismo se profundice en Brasil.

**Palabras clave:** Burguesía industrial brasileña; desarrollismo; neoliberalismo.

## Abstract

Between 1996 and 2016, the Brazilian industrial bourgeoisie carried out a pendulum movement of rapprochement and subsequent separation from working class organizations and their political perspectives. In the long term, however, the tendency is for the possibility of new “developmentalist” cycles to narrow and for neoliberalism to deepen in Brazil.

**Keywords:** Brazilian industrial bourgeoisie; developmentalism; neoliberalism.

---

<sup>1</sup> Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal Fluminense, mestre em Economia pela Universidade Estadual de Campinas e doutorando em Economia pela Universidade Estadual de Campinas. | [gabosenra@gmail.com](mailto:gabosenra@gmail.com)  
Revista Fim do Mundo, nº 11, jan/jun 2024



A grande burguesia industrial brasileira realizou, nas duas décadas que separam os anos de 1996 e 2016, um “movimento pendular”, fato que já foi observado por autores como Vaccari (2016), Martuscelli (2017) e Boito Jr. (2018). Para o Brasil, essa expressão é utilizada como metáfora do processo de afastamento e reaproximação desta fração do grande capital das pautas do neoliberalismo ortodoxo, ou seja, de seu programa e das frações que o apoiam. Ela expressa um complexo movimento que se inicia com o esgotamento dos benefícios do Plano Real, se acelera no bojo da melhoria das condições internacionais e do crescimento brasileiro, atinge seu ápice no início do governo Dilma e, após o fracasso de seu esforço desenvolvimentista, se completa com a reunificação do grande capital em torno da defesa das novas reformas neoliberais como a Trabalhista, da Previdência, entre outras. A completude do pêndulo, no fim das contas, se expressaria no apoio quase unânime da grande burguesia industrial brasileira ao processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff em 2016 e ao governo Temer.

Paulo Skaf é personificação quase perfeita deste movimento. Ele foi eleito presidente da entidade na eleição de 2004 com apoio “semioficial” do Palácio do Planalto, e assumiu a tarefa tanto de expandir a inserção da grande burguesia industrial nos espaços de decisão do aparato de Estado quanto de avançar na organização e atuação política de sua fração de classe. Entre 2006 e 2010 Skaf criticou ativamente as permanências neoliberais da gestão macroeconômica, fincou posição ao lado das centrais sindicais governistas para defender o programa novo-desenvolvimentista, e em 2011 aplaudiu de pé o salto qualitativo do Governo Dilma em direção a uma gestão “pró-indústria”. A partir de 2015, por outro lado, o presidente da FIESP deu uma guinada radical no sentido de sua intervenção política. Foi um dos mentores do ativismo da FIESP em defesa do impeachment de 2016, agitando e financiando as amplas manifestações golpistas e sendo um dos fiadores políticos do governo Temer. Em poucos anos, Skaf transitou de uma figura próxima ao Partido dos Trabalhadores para um bolsonarista notório e neoliberal intransigente.

A dinâmica política por trás de da trajetória política de Skaf e da entidade que ele presidiu, evidentemente, é muito mais complexa que seus interesses subjetivos, oportunistas ou não, e para compreendê-la é necessário recuperar os traços gerais do movimento pendular da grande



burguesia industrial brasileira que perdurou nas duas décadas entre 1996 e 2016.

O Plano Real, ao se basear na abertura comercial e financeira para alcançar a estabilização monetária, ratificou a estruturação do neoliberalismo como o novo padrão de reprodução longo da economia brasileira. Vale lembrar de como se encontravam os grandes grupos nacionais no momento de lançamento do Plano: no governo Collor, a posição que defendia uma abertura comercial e financeira gradual, balizada pelo financiamento estatal e por políticas industriais consistentes, apoiada pelos setores mais avançados do grande capital industrial brasileiro, foi derrotada em favor da abertura rápida e abrangente pautada pelos setores hegemônicos, a saber, as multinacionais e o grande capital bancário brasileiro. Neste contexto, os grandes grupos nacionais entraram num movimento defensivo de reestruturação, reduzindo suas unidades produtivas e concentrando suas atividades nos setores que tinham maiores vantagens para poder sobreviver à força da concorrência externa e à crise. Isso não significa, é claro, que esses grupos foram defenestrados de seu papel enquanto classe dominante: a grande indústria brasileira também foi favorecida nesta primeira etapa de implementação do neoliberalismo, não só pela flexibilização das relações de trabalho, como também, e principalmente, pelas privatizações das empresas públicas, especialmente da siderurgia e química básica. A indústria nacional foi a principal beneficiária das privatizações, que lhes permitiu assumir uma série de ativos em setores intensivos em escala e recursos naturais, auxiliando em sua competitividade em meio à abertura comercial e financeira. Assim, a grande burguesia industrial brasileira também se beneficiou com o neoliberalismo, e apesar de não ser uma fração hegemônica, ocupava posição importante no interior do bloco no poder e apoiou a continuidade das reformas.

O Plano Real permitiu um salto qualitativo no processo de reestruturação do grande capital industrial nacional. De imediato, ele permitiu uma forte expansão do consumo, engendrando depois de anos de crise um ciclo significativo de crescimento para a economia brasileira. Frente a expansão das receitas e ao custo baixo das máquinas e insumos importados, os grandes grupos industriais que sobreviveram ao início dos anos 1990 entraram em uma nova etapa de reestruturação, se modernizando mediante a incorporação de produtos e tecnologia estrangeira e expandindo seu financiamento externo para aproveitar as oportunidades oferecidas



pelos mercados internacionais. Apoiados pela privatização e pela abertura, os grandes grupos industriais puderam entrar em uma etapa “ofensiva” de reestruturação, se fortalecendo nos setores que contavam com maiores vantagens concorrenciais, seja pela escala de produção, seja por serem intensivos em recursos naturais.

A partir de 1996, entretanto, os efeitos do Plano Real sobre o consumo e sobre o investimento privado começaram a se esgotar. Mais do que isso: por todo o final da década de 1990 ficou cada vez mais nítida a contradição existente entre o neoliberalismo ortodoxo e seu modelo de gestão macroeconômica e qualquer possibilidade de crescimento sustentado de longo prazo. A política de câmbio valorizado, as altas taxas de juros e as crises do balanço de pagamentos agiram como obstáculos ao crescimento da demanda agregada e ao investimento industrial. O grande capital industrial foi particularmente atingido pela desvalorização forçada no fim dos anos 1990, que ampliou suas despesas financeiras e elevou sua fragilização após o intenso ciclo de endividamento externo necessário para levar a cabo sua reestruturação. Assim, a burguesia industrial sofria não só com as altas taxas de juros e com a força da concorrência externa em um momento de desaceleração do crescimento, mas requisitava do apoio ativo do Estado para prosseguir com o processo de consolidação no padrão de reprodução neoliberal, obstaculizado pela fragilização das empresas e pela alta dispersão dos ativos privatizados. A demanda pelo apoio ativo do Estado ao processo de consolidação da grande burguesia industrial brasileira dentro do neoliberalismo se expressaria no programa “liberal-desenvolvimentista” que pautaria a atuação da FIESP por todo o período seguinte.

Assim, no final dos anos 1990 a grande burguesia industrial brasileira voltou a se movimentar politicamente e a se distanciar cada vez mais do neoliberalismo ortodoxo de FHC, pautando a mudança do modelo de gestão macroeconômica em direção a menores taxas de juros e maior controle cambial, mas principalmente exigindo a expansão do financiamento público e novas políticas de apoio à indústria. Por mais que o governo FHC buscasse apaziguar as tensões avançando novas privatizações e realizando a reforma do Estado, a instabilidade do crescimento, a recorrência das crises externas e o grau de insatisfação popular acabaram minando o consenso em torno do neoliberalismo ortodoxo alcançado após o Plano Real. Isso concorreu para outro aspecto do mesmo processo de desgaste: a classe trabalhadora, após



anos surrada pela reestruturação produtiva, pela desnacionalização e privatizações, passou por uma mudança significativa no horizonte de lutas de suas organizações sindicais e políticas, fato que se expressa melhor na trajetória do PT e da CUT. De um confronto direto e intransigente com o neoliberalismo, o objetivo passou a ser cada vez mais a busca pela retomada do crescimento e pela introdução de políticas de combate à pobreza *dentro* do neoliberalismo<sup>2</sup>.

Neste contexto, a grande burguesia industrial brasileira se afastou cada vez mais das classes hegemônicas (o capital internacional e a grande burguesia bancária) e se aproximou do movimento popular, consolidando uma frente política em defesa da retomada do crescimento sem romper com as reformas neoliberais. Nessa época, tornaram-se comuns manifestações conjuntas da CUT e da FIESP que criticavam o neoliberalismo ortodoxo de FHC e exigiam o incentivo à produção e ao emprego industrial (Boito Jr., 2018). Em meio ao desgaste do neoliberalismo ortodoxo entre as classes dominantes e o apaziguamento crescente do Partido dos Trabalhadores e da CUT, viabilizou-se politicamente a vitória de Lula na eleição de 2002.

O governo Lula aproveitou a situação internacional favorável para acomodar o interesse de diferentes classes no interior do padrão de reprodução do capital neoliberal. O *boom* das commodities e o ciclo internacional de liquidez permitiram a superação das constrições externas e a melhoria da situação fiscal dentro dos marcos do modelo de gestão macroeconômica, o que possibilitou uma série de políticas de estímulo ao consumo e ao investimento sem romper com o neoliberalismo e inaugurando um novo ciclo de crescimento, "social-liberal". Por outro lado, também foi possível alçar o liberal-desenvolvimentismo como política de Estado, mobilizando uma série de instrumentos para a consolidação setorial dos grandes grupos industriais brasileiros dentro do padrão de reprodução neoliberal e articulando novos espaços institucionais para ampliar sua capacidade de intervenção da grande burguesia industrial no aparato de Estado. Os desembolsos do BNDES, os recursos dos fundos de pensão controlados pela CUT e o BNDESPar, os investimentos da Petrobrás e demais estatais, as PPPs, tudo isso foi direcionado para incentivar a acumulação e crescimento dos grandes grupos industriais brasileiros. Como resultado, por volta de 2010 não só os grandes grupos industriais brasileiros haviam se

---

<sup>2</sup> Sobre o impacto do neoliberalismo no movimento sindical e em suas perspectivas políticas, ver Boito Jr. (1999).



consolidado quanto havia alcançado um novo patamar histórico de internacionalização, expandindo sua atuação para alguns países da América Latina e da África.

No fim do governo Lula, o grande capital industrial brasileiro completou seu ciclo de reestruturação e adaptação ao padrão de reprodução neoliberal. Ele conseguiu preservar sua competitividade em meio à abertura comercial e financeira consolidando sua posição nos setores intensivos em escala e recursos naturais como a siderurgia, o papel e celulose, o processamento de carnes e a química básica. O grande capital conseguiu modernizar seus métodos produtivos se inserindo como importador de máquinas e de insumos intermediários produzidos nas cadeias globais de valor, e conseguiu contornar as altas taxas de juros e o câmbio valorizado expandindo seu financiamento nos mercados internacionais. A acumulação industrial, neste contexto, se tornou crescentemente desvinculada da performance estritamente produtiva, e por isso o fortalecimento dos grandes grupos industriais foi acompanhada pela continuidade da especialização regressiva da economia brasileira. No geral, a grande burguesia industrial conseguiu se adaptar apoiada pelo Estado em seus limites neoliberais de atuação e baseou cada vez mais sua acumulação nas reformas e gestão macroeconômica neoliberal. Ou seja, o governo Lula tornou possível o fortalecimento da grande burguesia industrial no interior do padrão de reprodução e do bloco no poder, sem contestar a hegemonia das multinacionais e do grande capital bancário.

No governo Dilma, esse processo de fortalecimento deu um salto qualitativo. Em meio ao esgotamento do ciclo de crescimento social-liberal e à deterioração do cenário externo com a crise da zona do Euro, decidiu-se implementar um novo ciclo de crescimento com base não mais no consumo popular, mas no investimento industrial. A partir de agosto de 2011, foram instituídas uma série de medidas que buscavam flexibilizar o modelo macroeconômico vigente desde os anos 1990 para criar as condições adequadas para a acumulação e investimento dos grandes grupos nacionais. A redução das taxas de juros, a regulação cambial, as desonerações fiscais, o controle dos preços de energia e combustíveis, a expansão das concessões e o bloco de investimentos da Petrobras em torno do pré-sal, todas essas demandas históricas da indústria foram abarcadas pelo “esforço novo-desenvolvimentista” de Dilma. Pela primeira vez desde os anos 1990, buscava-se favorecer a grande burguesia industrial arrancando-se maiores



concessões das frações hegemônicas, em especial da grande burguesia bancária.

O esforço novo-desenvolvimentista, entretanto, foi um fracasso retumbante, especialmente por ter sido incapaz de estimular o investimento industrial. Em meio à reversão do crescimento interno e externo, as medidas instituídas se revelaram absolutamente insuficientes para inaugurar um novo ciclo de crescimento, e isso porque no mais das vezes ainda se enquadravam no interior das reformas e do modelo de gestão neoliberal. O tripé macroeconômico foi flexibilizado, não abandonado, o superávit fiscal mantido, a Petrobrás e as concessões não foram capazes de assegurarem sozinhas o horizonte de demanda necessário para estimular um volume de investimento industrial suficiente para emplacar um novo padrão curto de reprodução do capital. Para o esforço ter sido bem-sucedido naquele contexto, eram necessários volumes muito maiores de investimento público, uma intervenção mais ampla e de longo prazo nas taxas de juros e no mercado cambial, uma transformação mais profunda na institucionalidade e instrumental a disposição do Estado. Era necessária uma disputa mais ampla sobre o sentido da intervenção do Estado, portanto, sobre a direção do bloco no poder. Desta maneira, o esforço-novo desenvolvimentista caiu por terra por não pretender ir além de um fortalecimento ainda dentro da forma neoliberal do Estado burguês, de seu regime macroeconômico, das reformas neoliberais e, portanto, do bloco no poder realmente existente. Buscou-se arrancar maiores concessões das frações hegemônicas, mas não se contestou sua hegemonia em si. Em um momento de reversão cíclica, em que normalmente se limitam as possibilidades materiais para a acomodação de interesses distintos, esse tipo de disputa não-disruptiva revelou-se absolutamente inviável.

Como consequência da falência do esforço novo-desenvolvimentista, a frente política que sustentava o governo Dilma ficou bastante fragilizada, o que abriu espaço para a contraofensiva das multinacionais e do capital bancário. Entre 2013 e 2016, a grande burguesia industrial brasileira se distanciou cada vez mais do governo cujo objetivo primeiro era incentivar a acumulação e investimento industrial. Com a frustração do esforço novo-desenvolvimentista e sob o impacto da profunda recessão que se iniciaria em 2014, a grande burguesia industrial brasileira passou a defender que a retomada do crescimento dependia de uma nova rodada de reformas neoliberais, como a reforma Trabalhista, a reforma da Previdência e a



instituição de um novo regime de regras fiscais. Assim, o grande capital industrial brasileiro se reaproximou das frações hegemônicas pela defesa da retomada do neoliberalismo ortodoxo: os interesses comuns da grande burguesia voltaram a ser prioridade em meio à crise e ao enfraquecimento político e econômico do social-liberalismo. A partir de 2015, todos os governos buscaram satisfazer essas demandas comuns, e tanto o governo Temer (2016-2018) quanto o governo Bolsonaro (2018-2022) foram apoiados pela grande burguesia, inclusive por sua fração industrial, por seu esforço de executar esse novo conjunto de reformas.

Feita essa síntese, o conteúdo político do chamado “movimento pendular” parece ter três pressupostos básicos. Em primeiro lugar, que a fração do grande capital que executa esse movimento ocupa uma posição subordinada no interior do bloco no poder, portando uma relação de unidade contraditória com as demais frações hegemônicas. No caso da grande burguesia industrial brasileira, isso significa que ela cumpre o papel de “burguesia interna” na concepção de Poulantzas. Em segundo lugar, apesar deste papel subordinado, a fração mantém uma posição importante no interior do padrão de reprodução e guarda uma capacidade de organização e intervenção política significativas, ainda que não seja capaz renunciar ao apoio de outras classes e frações para arrancar concessões e medir forças com as frações hegemônicas do grande capital. Consequentemente, também é pressuposta a aproximação ativa de alguns segmentos da classe trabalhadora baseada em perspectivas políticas compartilhadas com essa fração do grande capital. Por fim, o último pressuposto para o movimento pendular é que existam condições objetivas para o tensionamento sem ruptura no interior do bloco no poder, isto é, condições econômicas, externas e fiscais que permitam a acomodação dos interesses divergentes. No sentido inverso, é evidente que em momentos de desaceleração ou recessão se estreita o campo de ação político e se evidencia o caráter subordinado da fração do grande capital no interior do bloco no poder. Daí se torna fácil compreender que essas aproximações e distanciamentos com as frações hegemônicas próprios ao movimento pendular são dinamizados pelas etapas do ciclo econômico, mas que das recessões não se desdobram necessariamente em crises orgânicas, isto é, em crises da dominação burguesa em si, tal como ficou evidente nos eventos posteriores a 2014 no Brasil.





Vale a pena finalizar este ensaio com uma última observação: na reaproximação com as frações hegemônicas, a unificação do grande capital em torno de novas reformas permite o que o neoliberalismo no Brasil alcance um novo patamar de operação. Uma das consequências mais importantes dessa etapa superior do neoliberalismo é que se restringe o terreno para novas “guinadas desenvolvimentistas” - pela operação de regras fiscais mais rígidas, pelo esvaziamento ainda maior do instrumental à disposição do Estado e pela própria adaptação da grande burguesia industrial ao padrão de reprodução neoliberal. Por outro lado, o neoliberalismo ortodoxo tende a estreitar ainda mais o horizonte político das forças populares dispostas a conciliar com os interesses do grande capital industrial brasileiro, o que em si diminui sua capacidade de mobilização e de fazer pressão frente às forças do neoliberalismo ortodoxo. Portanto, a tendência de longo prazo é que a grande burguesia industrial brasileira seja portadora de um “desenvolvimentismo” cada vez mais pálido, que existam cada vez menos instrumentos a disposição do Estado e que o campo popular defensor de uma agenda “pró-indústria” tenha cada vez menor capacidade de mobilização.

Daí não se deriva, entretanto, a ausência de tensões no interior do bloco no poder e a impossibilidade de disputas em favor de novos tipos de “desenvolvimentismo”. A grande burguesia industrial brasileira é uma fração de classe com ampla capacidade de mobilização e de negociação no interior do bloco no poder, e diversos tipos de atritos reapareceram ao longo dos governos Temer e Bolsonaro. A questão é que a possibilidade de que tais atritos desaguem na reemergência de políticas desenvolvimentistas passa a depender cada vez mais de fatores externos (um novo boom das commodities, performances excepcionais da agricultura e indústria extrativa), que permitam uma nova acomodação de interesses no interior de um quadro econômico e estatal cada vez mais restrito.

No fim das contas, o movimento pendular da grande burguesia industrial brasileira no interior do neoliberalismo tende a se parecer mais com uma espiral, cada vez mais limitada em seu distanciamento às demais frações burguesas. Neste contexto, fica evidente que a implosão do neoliberalismo (fase atual do capitalismo) depende mais da autonomia política e organização de um movimento popular radicalizado do que das tentativas de conciliação com a grande burguesia industrial brasileira.



## Referências

BOITO Jr., Armando. **Política neoliberal e sindicalismo no Brasil**. São Paulo: Xamã, 1999.

BOITO Jr., Armando. **Reforma e crise política no Brasil**: os conflitos de classe nos governos do PT. Campinas: Editora da Unicamp; São Paulo: Editora Unesp, 2018.

MARTUSCELLI, Danilo. Enrico. O pêndulo brasileiro: até quando? **Revista Lúmen**, v. 1, 2017.

VACCARI, Gabriel da Silva. **Empresariado e política no Brasil contemporâneo**: o discurso da FIESP e dos banqueiros frente à política econômica do governo Dilma Rousseff (2011-2014). Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Maria, 2016.

*Recebido em 10 mai. 2024 | Aceito em 06 jun. 2024.*

